



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE IDENTIFICAÇÃO - NID/DREX/SR/PF/ES

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08285.005307/2023-64

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO  
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº \_\_\_\_/2023  
(Processo Administrativo nº 08285.005307/2023-64)

1. DO OBJETO

1.1. Eventual aquisição de suprimentos de impressão e discos rígidos de rede para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES e delegacias descentralizadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição /Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Toner para impressora, cor preto, <b>original</b> ; Marca Lexmark; Modelo: MX622ADHE; Código de Suprimento Original: 56F4X00; Rendimento Mínimo de 20.000 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	463264	Unidade	50	R\$ 1.097,37	R\$ 54.868,50
2	Unidade de imagem para impressora, cor preto, <b>original</b> ; Marca Lexmark; MODELO: MX622adhe; Código de Suprimento Original: 56F0Z00; Rendimento Mínimo de 60.000 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	603214	Unidade	20	R\$ 581,36	R\$ 11.627,20
3	Toner para impressora, cor preto, <b>original</b> ; Marca Lexmark; Modelo: CS725; Código de Suprimento Original: 74C4HK0; Rendimento Mínimo de 20.000 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	441989	Unidade	20	R\$ 793,99	R\$ 15.879,80
4	Toner para impressora, cor ciano, <b>original</b> ; Marca Lexmark; Modelo: CS725; Código de Suprimento Original: 74C4HC0; Rendimento Mínimo de 12.000 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	456296	Unidade	15	R\$ 722,10	R\$ 10.831,50
5	Toner para impressora, cor magenta, <b>original</b> ; Marca Lexmark; Modelo: CS725; Código de Suprimento Original: 74C4HM0; Rendimento Mínimo de 12.000 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	456294	Unidade	15	R\$ 767,63	R\$ 11.514,45
6	Toner para impressora, cor amarelo, <b>original</b> ; Marca Lexmark; Modelo: CS725; Código de Suprimento Original: 74C4HY0; Rendimento Mínimo de 12.000 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	456297	Unidade	15	R\$ 740,97	R\$ 11.114,55
7	Kit criação de imagens, <b>original</b> ; Marca Lexmark; Modelo: CS725; Código de Suprimento Original: 74C0ZV0; Rendimento Mínimo de 150.000 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	441999	Unidade	6	R\$ 2.730,80	R\$ 16.384,80

8	Unidade de imagens, cor preta, <b>original</b> ; Marca Lexmark; Modelo: CS725; Código de Suprimento Original 74C0ZK0; Rendimento Mínimo de 150.000 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	441995	Unidade	6	R\$ 705,00	R\$ 4.230,00
9	Recipiente de residuo de toner, <b>original</b> ; Marca Lexmark; Modelo: CS725; Código de Suprimento Original: 74C0W00; Rendimento Mínimo de 90.000 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	442006	Unidade	6	R\$ 215,60	R\$ 1.293,60
10	Toner para impressora, cor preto, <b>compatível</b> com a marca Samsung; Modelo: SCX5835fn ; Código de Suprimento Original: MLT-D208L; Rendimento Mínimo de 10.000 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	396545	Unidade	10	R\$ 139,46	R\$ 1.394,60
11	Toner para impressora, cor preto, <b>compatível</b> com a marca HP; Modelo: Officejet Pro 6970; Código de Suprimento Original: 904XL; Rendimento Mínimo de 825 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	318869	Unidade	8	R\$ 278,86	R\$ 2.230,88
12	Toner para impressora, cor ciano, <b>compatível</b> com a marca HP; Modelo: Officejet Pro 6970; Código de Suprimento Original: 904XL; Rendimento Mínimo de 825 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	430946	Unidade	8	R\$ 141,17	R\$ 1.129,36
13	Toner para impressora, cor magenta, <b>compatível</b> com a marca HP; Modelo: Officejet Pro 6970; Código de Suprimento Origiginal: 904XL; Rendimento Mínimo de 825 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	430947	Unidade	8	R\$ 140,82	R\$ 1.126,56
14	Toner para impressora, cor amarela, <b>compatível</b> com a marca HP; Modelo: Officejet Pro 6970; Código de Suprimento Original: 904XL; Rendimento Mínimo de 825 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	262069	Unidade	8	R\$ 139,79	R\$ 1.118,32
15	Toner para impressora, cor preto, <b>compatível</b> com a marca HP; Modelo: Officejet 100 Mobile Printer; Código de Suprimento Original: C9364WL; Rendimento Mínimo de 420 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	371250	Unidade	10	R\$ 219,88	R\$ 2.198,80
16	Toner para impressora, cor tricolor, <b>compatível</b> com a marca HP; Modelo: Officejet 100 Mobile Printer; Código de Suprimento Original: C9364WN; Rendimento Mínimo de 560 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	331959	Unidade	10	R\$ 269,90	R\$ 2.699,00
17	Toner para impressora, cor preto, <b>compatível</b> com a marca HP; Modelo: M401DN; Código de Suprimento Original: CF280X; Rendimento Mínimo de 6.900 páginas, observadas as demais exigências do subitem 1.8 deste Termo de Referência.	417717	Unidade	5	R\$ 81,63	R\$ 408,15
18	Disco rígido de conector automático, SAS 3,5" (ou compatível), capacidade de armazenamento de 8TB 512e (máximo), 7.200 RPM (mínimo), 12 Gbps (mínimo), compatível com o servidor Dell PowerEdge R720 (etiqueta de serviço: 3F0Q0Y1, código de serviço expresso: 7438553929)	604133	Unidade	14	R\$ 6.128,33	R\$ 85.796,62
TOTAL						R\$ 235.846,69

- 1.1.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preço, uma vez que, pelas características dos bens licitados há a necessidade de contratações frequentes (art. 3º, I, do Decreto 7.892/2013). Ademais, tratando-se de insumos de informática com prazo de validade (no caso dos toners) a compra parcelada é salutar para a administração.
- 1.1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador:

<i>item</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISICÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>
1	Unidade	5	50	50
2	Unidade	2	20	20
3	Unidade	2	20	20
4	Unidade	2	15	15
5	Unidade	2	15	15
6	Unidade	2	15	15
7	Unidade	1	6	6
8	Unidade	1	6	6
9	Unidade	1	6	6
10	Unidade	2	10	10
11	Unidade	1	8	8
12	Unidade	1	8	8
13	Unidade	1	8	8
14	Unidade	1	8	8
15	Unidade	2	10	10
16	Unidade	2	10	10
17	Unidade	1	5	5
18	Unidade	2	14	14

<i>Órgão Participante:</i>				
<i>Item</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA</i>	<i>REQUISICÃO Máxima</i>	<i>Quantidade total</i>

- 1.2.Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e no presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.
- 1.3.O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 1.4.O prazo de garantia dos equipamentos deverá ser respeitado pela CONTRATADA mesmo após o término do prazo de vigência do contrato.
- 1.5.Processo de aquisição híbrido: item 18 destinado a qualquer tipo de empresa, demais itens destinados exclusivamente às Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015), conforme justificativas abaixo (item 1.9).
- 1.6.Só será admitida a oferta de itens que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO, conforme critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis..
- 1.7.Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), conforme critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 1.8.**REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS (Suprimentos de Impressão - ITENS 1 A 17)**

1.8.1.Os rendimentos dos cartuchos para as impressoras e multifuncionais monocromáticas deverá observar o disposto na ABNT NBR ISO/IEC 19752:2021.

1.8.2.Os rendimentos dos cartuchos para as impressoras e multifuncionais coloridas deverá observar o disposto na ABNT NBR ISO/IEC 19798:2021.

- 1.8.3. Os suprimentos de impressão (tonners) deverão ter **validade mínima de 180 dias** contados do respectivo aceite definitivo.
- 1.8.4. Os suprimentos de impressão (itens 01 ao 09) deverão ser **ORIGINAIS**, pois no caso das impressoras da marca Lexmark, observou-se que os compatíveis não possuem o mesmo rendimento, qualidade e custo-benefício dos originais, sendo muitas vezes descartados após o primeiro uso por problemas diversos, como travamento, vazamento etc, o que compromete a continuidade de sua utilização. Além disso, trata-se de condição para a manutenção da garantia dos equipamentos. (TCU, Acórdão 1.033/2007 – Plenário).
- 1.8.5. Os produtos similares (itens 10 a 17) deverão ser compatíveis com aqueles indicados pelos respectivos fabricantes dos equipamentos de impressão de modo a condicionar os equipamentos ao perfeito funcionamento e adaptabilidade.
  - 1.8.5.1. São considerados similares (compatíveis) os produtos que têm a mesma natureza e medidas, mesmo efeito, idêntico rendimento e utilizam matéria-prima nova desde a carcaça, passando pelos circuitos, até a tinta, apesar de não ser produzido pelo fabricante da impressora
  - 1.8.5.2. Os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso em todos os seus componentes, a fim de evitar desgastes dos equipamentos. Além disso, não serão aceitos produtos remanufaturados, reconicionados ou recarregados. (TCU, Acórdão 1.033/2007 – Plenário).
  - 1.8.5.3. Quando solicitado pelo Pregoeiro os produtos similares deverão apresentar **LAUDO TÉCNICO** demonstrando rendimento idêntico ao do produto original, sendo que, o referido laudo será específico para cada modelo de cartuchos/toner do presente termo de referência, sendo expressamente proibido a apresentação de laudos genéricos.
  - 1.8.5.4. A exigência de Laudo é amparada nas seguintes deliberações do Tribunal de Contas da União – TCU: Decisão nº 130/2002 – Plenário - Decisão nº 516/2002 – Plenário - Decisão nº 1196/2002 – Plenário, Decisão nº 1476/2002 – Plenário, Decisão nº 1622 /2002 – Plenário e Acórdão 1446/2004.
  - 1.8.5.5. O laudo técnico deverá possuir data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data da realização do certame.
  - 1.8.5.6. Não serão aceitos atestado(s) de capacidade técnica, emitidos para comprovação de fornecimento de materiais, em substituição ao(s) Laudo(s) Técnico(s).

1.8.6. **DOS LAUDOS TÉCNICOS (Itens 10 a 17):**

- 1.8.6.1. O LAUDO TÉCNICO de cada item deve ser emitido por laboratório/entidade/instituto, de reconhecida idoneidade e competência, pertencente a órgão da Administração Pública ou por ele credenciado, com acreditação do INMETRO, contendo as seguintes características:
  - a) O Laudo deve ter sido expedido em nome da empresa licitante ou constar expressamente o produto por ela ofertado no certame contendo as seguintes informações:
    - 1. Ser compatível com a impressora a que se destina, comprovando bom funcionamento, boa qualidade, desempenho, compatibilidade e rendimento de impressões.
    - 2. Ser um cartucho composto de toner e cilindro de impressão, quando for o caso.
    - 3. Ser um cartucho novo, de primeiro uso, sem nenhum processo de recondicionamento, remanufaturamento ou reciclagem.

1.9. **REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS (Discos Rígidos - ITENS 18)**

- 1.9.1. Os discos rígidos a serem adquiridos no presente processo licitatório (item 18) deverão ser todos da mesma marca/modelo, devido a potenciais incompatibilidades em termos de controladores, firmware, velocidades de transferência, além de outras características técnicas, como velocidade de rotação, tamanho do buffer, tempos de acesso e algoritmos de gerenciamento de erros. Essas discrepâncias podem comprometer a confiabilidade, a estabilidade e a integridade dos dados armazenados, além de causar problemas de compatibilidade com controladoras e sistemas de gerenciamento de RAID presentes no servidor. Portanto, é recomendado manter a consistência de hardware ao substituir discos em um ambiente de servidor para garantir um funcionamento eficaz e sem riscos.
- 1.9.2. Do exposto, não haverá cota reservada para o item 18 uma vez que existe a necessidade de uma única solução para aquisição de todos os equipamentos deste item. A reserva de cota para ME/EPP conforme artigo 48, III da LC 123/2006 resultaria na possibilidade de aquisição de equipamentos diferentes caso a adjudicação ocorresse à duas empresas diversas. Neste caso, portanto, o tratamento diferenciado representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, enquadrando-se na exceção prevista no artigo 49, III da citada Lei.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
- 5.1.1. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 5.1.2. Os bens não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 5.1.3.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens ou Nota de Empenho, em remessa única.
- 6.1.1. A entrega será em remessa única e deverá ocorrer em dias úteis, no horário de 09:00 às 16:00 horas, no seguinte endereço: Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, localizada na Avenida Vale do Rio Doce, nº 1, São Torquato, Vila Velha/ES, CEP 29.114-105.
- 6.2. Quando a contratada não puder cumprir os prazos estabelecidos no item anterior deverá apresentar justificativa fundamentada e formalizada, em razão da ocorrência de fato superveniente, excepcional, imprevisível ou ato provocado de terceiros contrário à vontade das partes, devidamente reconhecidos pela administração.
- 6.3. Caso a contratada necessite de uma prorrogação de prazo, esta deverá ser comunicada á contratante em até 24h (vinte e quatro horas) de antecedência.
- 6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 7.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 7.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 7.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 7.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 7.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 7.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 7.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 7.1.9. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.10. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.11. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
  - 8.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
  - 8.1.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
  - 8.1.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
  - 8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
  - 8.1.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
  - 8.1.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
  - 8.1.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
  - 8.1.9. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
    - 8.1.9.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
  - 8.1.10. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 8.1.11. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - 8.1.12. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 8.1.13. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 8.1.14. adotar, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos na Lei nº 12.305/2010, no Decreto nº 10.936/2022, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 e na legislação correlata.
- 8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. **DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 9.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 9.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
  - 9.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
  - 9.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 9.4. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
  - 9.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
  - 9.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada; e
  - 9.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica;

10.	<b>DA SUBCONTRATAÇÃO</b>
10.1.	Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
11.	<b>DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA</b>
11.1.	É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
12.	<b>DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO</b>
12.1.	Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
12.1.1.	O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
12.2.	A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
12.3.	O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
13.	<b>DO PAGAMENTO</b>
13.1.	O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
13.1.1.	Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
13.2.	Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
13.3.	A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
13.3.1.	Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
13.4.	Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
13.5.	Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
13.6.	Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
13.7.	Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
13.8.	Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
13.9.	Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
13.10.	Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
13.11.	Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
13.11.1.	Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

- 13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$$I = \frac{-(6 / 100.)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14.

DO REAJUSTE

- 14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 15.1.1. A garantia é obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.

16.

A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

- 16.1. No caso do item 18 o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de 48 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 16.1.1. A garantia deverá englobar qualquer atividade relacionada ao funcionamento dos equipamentos, tais como:

a) manutenção corretiva em hardware para correção de defeitos de fabricação, sem ônus adicional para o CONTRATANTE. Feita a substituição, a CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE a substituição para atualização do ativo fixo;

- 16.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 16.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 16.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 16.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 16.6. Uma vez notificada, o atendimento pela Contratada deverá ocorrer até o próximo dia útil e a reparação do problema deve ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis e finalização máxima em 90 (noventa) dias, caso seja necessário substituição de peças, contados a partir da data e hora da abertura do chamado pelo Contratante. O descumprimento ao prazo citado sujeitará a Contratada a penalidade de multa, conforme estipulado no item 17 (Das sanções).
- 16.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 16.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 16.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 16.10. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação por telefone, e-mail ou sistema web e deverá atender aos seguintes critérios:

16.10.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento para abertura do chamado de assistência técnica de garantia em horário comercial das 08h00min às 18h00min, indicando telefone 0800 (ou número que aceite discagem a cobrar), site para abertura de chamados e endereço de e-mail para abertura do chamado;

16.10.2. No caso da utilização de e-mail ou telefone para abertura de chamados, ficará a CONTRATADA responsável pela abertura e registro do chamado;

16.10.3. Entende-se por término do atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, condicionado à aprovação do CONTRATANTE, por meio do setor competente;
- 16.11. Todas as peças e componentes eletrônicos substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamentos(s), sempre novos e de primeiro uso, não podendo ser recondicionados em hipótese alguma, estando a CONTRATADA sujeita à aplicação de penalidades/sanções administrativas previstas em contrato;
- 16.12. A CONTRATADA deverá comunicar quando da necessidade de substituição/troca de peças.
- 16.13. Os discos rígidos ou quaisquer outras mídias de armazenamento computacionais, após substituição por defeito, não poderão ser retiradas do órgão, considerando que o conteúdo armazenado é classificado como sigiloso;
- 16.14. Caso a CONTRATADA entenda necessária a dilatação dos prazos para atendimento da garantia deverá justificar-se tecnicamente.

16.14.1. Caso o CONTRATANTE não aceite as argumentações quanto à dilação dos prazos para atendimento, não haverá interrupção na contagem do prazo definido previamente.
- 16.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 16.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. fraudar na execução do contrato;

17.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

17.1.5. cometer fraude fiscal.
- 17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. **Multa:**

- 17.2.2.1. moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 17.2.2.2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 17.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 17.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 17.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “16.2.4” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 17.4. As sanções previstas nos subitens “16.2.1”, “16.2.3”, “16.2.4” e “16.2.5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
  - 17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
  - 17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.
- 18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
  - 18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
  - 18.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
    - 18.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
    - 18.3.2. Outros critérios estarão disciplinados em edital.
  - 18.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
    - 18.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.
    - 18.4.2. Valor Global: **R\$ 235.846,69 (duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos)**
  - 18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

- 10/10/2023, 14:54SEI/PF - 31574051 - Lici. Termo de Referência
- 18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.
- 19.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 235.846,69 (duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos)**
20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
- 20.1. As aquisições correrão à conta de recursos orçamentários provenientes do orçamento do órgão ou mediante convênio, termo de doação ou instrumento congênere e serão designados quando da efetiva aquisição conforme Sistema de Registro de Preços.

Vila Velha/ES, na data da assinatura.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO  
Escrivão de Polícia Federal

CÉLIO FLORES SIQUEIRA JUNIOR  
Escrivão de Polícia Federal  
Matrícula: PF: 18.278

MARCOS TADEU ANDERSON MONTEIRO  
Agente de Telecomunicação e Eletricidade  
Matrícula: PF: 14.037



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO, Gestor Financeiro, Substituto(a)**, em 26/09/2023, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CELIO FLORES SIQUEIRA JUNIOR, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 26/09/2023, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS TADEU ANDERSON MONTEIRO, Agente de Telecomunicações e Eletricidade**, em 26/09/2023, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EUGENIO COUTINHO RICAS, Superintendente Regional**, em 09/10/2023, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=31574051&crc=F830E2FA](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31574051&crc=F830E2FA).  
Código verificador: **31574051** e Código CRC: **F830E2FA**.